

Economistas discutem ajuste

Os limites a um programa de estabilização da economia, no futuro governo, foram discutidos ontem, no debate promovido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, para a divulgação da edição de fevereiro da **Carta de Conjuntura**. O economista Geraldo Diasoto Jr., diretor do Centro de Conjuntura da Unicamp, reconhece que o quadro atual torna extremamente arriscada qualquer ação do futuro governo: a inflação é superalimentada pelas expectativas, a disparidade de preços é dramática e as negociações entre empresas ficam cada vez mais emperradas. "Credibilidade e superávit fiscal não bastam para enfrentar essa situação", alerta. Para Diasoto, as medidas de curto prazo — congelamento ou aplicação de redutores nos índices de correção de preços — estão condenadas ao fracasso, caso não se cuide do ajuste de longo prazo.

O economista da Unicamp recomenda um ataque em várias frentes. Um tratamento adequado da dívida interna é fundamen-

tal para conter a fuga de recursos do mercado financeiro em direção ao consumo: juros nas alturas, como se vê, não conseguem mais impedir esse movimento. O acerto externo também é essencial, para que a economia não seja mais submetida à tensão cambial — em decorrência da obrigatoriedade de produzir um saldo comercial de no mínimo US\$ 12 bilhões ao ano. Diasoto fala ainda em revisão do papel do Estado e não apenas em reduzir seu tamanho.

Carlos Alberto Luque, da Faculdade de Economia e Administração da USP, também destaca um grande complicador para a estabilização: as baixas taxas de crescimento da economia. Ao contrário do que apregoa a maioria dos economistas ele acredita que o programa de estabilização só funcionaria com a economia crescendo a um ritmo mais veloz — pois só assim seria possível amenizar as perdas impostas aos vários setores da sociedade. Ele também discorda de outros técnicos, ao desconsiderar

o peso do déficit público na recente aceleração da inflação. Para Luque, o que é preciso é encontrar uma forma de financiar esse déficit. E, na sua opinião, a mais adequada é a volta dos financiamentos externos, acertada com os grandes credores.

O economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., da Unicamp e do PT, preferiu avaliar os resultados da viagem de Fernando Collor ao Exterior — que, na sua opinião, são indicadores do que o novo governo terá condições de fazer na economia. Para Arruda Sampaio, os sinais são desanimadores. Em primeiro lugar, Collor não teria recebido nenhuma oferta ou promessa que não tivesse sido apresentada ao presidente José Sarney. E as propostas discutidas até agora não fogem muito aos esquemas convencionais de negociação da dívida externa. Os credores esperam o ajuste interno da economia brasileira para liberar recursos e, segundo Arruda Sampaio, não dá para fazer ajuste sem dinheiro de fora.